

# CEDI

## POVOS INDÍGENAS NO BRASIL

FONTE : O Rio Branco

CLASS. : APFR 0012

DATA : 26 03 89

PG. : 13

# Líder da UNI defende estrada

ALTINO MACHADO

O coordenador da União das Nações Indígenas, Ailton Krenak, que veio participar do Encontro dos Povos da Floresta defendeu em entrevista ontem a pavimentação da rodovia 364, ligando o Acre ao Peru, como uma emergência que precisa ser planejada e viabilizada. "Ela não deve ser uma ameaça às populações", ponderou o índio. "É preciso compatibilizar o tempo de planejamento com o tempo de atendimento das necessidades fundamentais das populações que habitam a região".

Ailton, 34 anos, pertence a pequena tribo Krenak que habita o Vale do Rio Doce, na divisa de Minas Gerais e Espírito Santo, também conhecida genericamente como "botocudos". Em 1920 o povo Krenak era estimado em uma população de 5 mil índios, vivendo numa área de 500 Km<sup>2</sup> de extensão. Hoje eles estão reduzidos a 150 índios e vivem

numa área de 4 mil hectares, quase toda invadida por fazendeiros.

O índio Ailton Krenak vive na cidade desde os 18 anos, quando foi alfabetizado. Ele concluiu o 1º e o 2º graus num curso especial de três anos e trabalhou como jornalista na Editora Abril, na revista Meio e Mensagem, especializada em publicidade. Desde 80 diz ter colocado seu conhecimento na organização de publicações sobre os povos indígenas.

Desde 84 Ailton Krenak coordena a União das Nações Indígenas. É o apresentador do Programa de Índio, na Rádio Universidade de São Paulo, distribuído a cinco emissoras no Brasil. Casado com mulher branca, pai de duas filhas, Krenak mora em São Paulo e veio participar do I Encontro dos Povos da Floresta e do II Encontro Nacional dos Seringueiros, promovido pelo Conselho Nacional dos Seringueiros e pela União das Nações Indígenas.

Foto: Agenciar Mariano



Ailton Krenak: "Se a estrada levar em conta o bem estar do povo, vai ser o maior sucesso

de economia que vai transformá-la em vila, município... Essa é a história de todas as civilizações no mundo.

**Gazeta** — Sim, mas o que a reserva extrativista traz de novo?

Ailton — Ela traz parte daquela população que veio para a Amazônia para civilizar os índios e com eles aprenderam um novo tipo de convivência com a natureza. Os seringueiros aprenderam a humanizar a natureza e a eles próprios. Então a reserva traz uma novidade de caráter social, cultural e econômico. Os migrantes que vieram para essa região vieram a procura de terras, através da propriedade. A propriedade do povo não pode ser comercializada, mas é moeda de troca e bem comercial. A reserva extrativista não é propriedade e também não é um bem de troca. Ela é um bem eterno da nação brasileira e o povo vai viver ali dentro com a expectativa de preservá-la para todas as gerações futuras. Essa novidade é muito grande.

Imaginem toda a população da Amazônia nas próximas décadas decidir que não querem mais tratar o lugar que vivem como uma propriedade, mas como lugar sagrado.

**Gazeta** — Uma vez estabelecidas essas reservas, elas precisam ser viabilizadas economicamente. Como fazer então para se garantir sua ocupação efetiva?

Ailton — Isso é como uma fruta. Até que essa fruta amadureça entra vários processos. Acho que o primeiro passo foi dado no sentido de estabelecer as reservas. Naturalmente exige um outro que é viabilizar esse tipo de ocupação não só para os seringueiros, mas para a região amazônica. Porque mesmo quem não está integrado nas reservas extrativistas, desenvolveu uma economia que tem que ser viável. Vamos entendendo isso aos poucos e ele vai amadurecendo naturalmente. Estamos determinados agora a fazer um reconhecimento das práticas tradicionais de índios e seringueiros naquilo que se trata do abastecimento econômico. A partir desse inventário, nós vamos observar quais as atividades que estão sendo feitas de forma sub-

aproveitada e qual o seu potencial. Se existe um potencial na atividade extrativa que pode ser mecanizado então vamos ter que viabilizar essa estrutura.

**Gazeta** — Mas esse também é um projeto que envolve riscos e existe muita gente aguardando a hora para anunciar o fracasso.

Ailton — Nós temos que ver isso como natural. Às vezes, os dias estão nublados, mas o sol está lá em cima brilhando. Depois o vento vem, varre as nuvens e o sol brilha soberano sobre a terra. Depois o sol desaparece e vem a noite. Então é muito natural que existam pensamentos que pretendem outro tipo de ocupação. A gente não pode, de forma alguma, tratar o pensamento dos outros com violência e desrespeito. Acho que o aspecto mais generoso da aliança dos povos da floresta é juntar gente que há um século se matava. Você acha que naquele tempo os seringueiros queriam conviver com índios? Vamos supor que as pessoas que hoje são contra essa ocupação racional percebem a seguir que podem viabilizar economicamente seus projetos; que os municípios, produtores potenciais, abastecendo grandes mercados, vão trazer grandes impostos... Eles vão estar juntos com a gente e temos que convencê-los disso. A aliança precisa começar a mostrar o fruto. Não adianta ficar só falando.

**Gazeta** — Qual a sua opinião a respeito do projeto de pavimentar no Acre a BR-364, abrindo um corredor comercial com o porto peruano de Callao, na costa do Pacífico?

Ailton — Acho que ela é uma emergência. A malha viária que estabelece a conexão entre vários centros de populações produtivas é uma emergência e precisa ser planejada e viabilizada. Acredito que ela deve ser um fruto bom. Ela não deve ser uma ameaça às populações porque não adianta você ligar lugar nenhum a coisa alguma. A Transamazônica devia ter sido construída, mas não precisa de trazer prejuízos financeiros ao Brasil e a natureza, dizimar tribos de

índios. O Brasil precisa de energia, porém, não precisava fazer Balbina que criou um lago de 1.700 quilômetros de água podre, inviabilizando a vida em Manaus. Quem vive num ralo de 10 quilômetros de lago está sofrendo agora uma picada de moscas que coçam e vira lepra. Daqui há pouco precisa ser construído um verdadeiro hospital de atendimento e isso representa mais dinheiro para tratar do povo doente.

**Gazeta** — E como podem ser compatibilizados os interesses do governo e do capital com os interesses das populações?

Ailton — A estrada é uma emergência e precisa ser viabilizada, mas existe um conjunto de situações no espaço que não pode ser esquecido. É preciso compatibilizar o tempo de planejamento com o tempo de atendimento das necessidades fundamentais das populações que habitam a região. Se a estrada levar em conta o bem-estar do povo vai ser o maior sucesso. Porém, se feita a revelia, está fadada a um desastre. Estou convencido que se você plantar qualquer coisa junto, isso é um presente, uma energia boa; se você plantar contra os outros, não é boa. Por isso não queremos que o nosso pensamento seja contrário e sim a favor. Por exemplo, nunca vou me sentir feliz de dizer que a estrada não pode ser construída. Vou me sentir feliz de poder sentar com o governo e dizer para fazer de outra maneira.

**Gazeta** — No início você se referiu aos massacres de índios. As correrias, matança organizada de índios, continua existindo no Acre? Índios arredios estão sendo dizimados por seus parentes e seringueiros. Como isso está sendo tratado na aliança de índios e seringueiros?

Ailton — A questão dos nossos parentes arredios merece o tratamento mais respeitoso pelas comunidades indígenas, pelo governo e todas instituições preocupadas com a questão regional. Isso tem sido tratado de forma bastante casual. Só quando os arredios entram

em choque com o tipo de ocupação em torno de suas áreas são tomados como um problema. Temos discutido com o Ministro do Interior e com o presidente da Funai que nós temos condições de identificar a área de perambulação dos índios arredios, trabalhar sua interdição e buscar a aproximação antes que eles se sintam ameaçados. Esse diálogo precisa ser consolidado preferencialmente por um grupo que tenha a mesma língua deles.

**Gazeta** — Os caxinauás, por exemplo, já mataram alguns desses autônomos, quando perambulavam em suas áreas.

Ailton — Os caxi estão sendo vítimas da incursão dos arredios nas suas estradas de seringas e tem agido com instinto humano. Somos 180 tribos no Brasil. Certa vez eu estava numa aldeia explicando a uma tribo de contato recente a importância de sermos unidos para nos protegemos. Um chefe de guerra, meu amigo, perguntou: Agora que nós somos da União das Nações Indígenas como que eu vou fazer quando estiver no rio e um grupo de brabos me atacar? Eles não sabem que sou da UNI e eu, como o faço? Eu disse que ele fugisse das flechas.

**Gazeta** — Também um indigenista chegou a matar um desses arredios para salvar um amigo. Ele disse não ter tido tempo para refletir sobre o velho lema de Rondon: "Morrer se preciso for, matar nunca". Esse funcionário da Funai, que hoje chefia a frente da atração, vive um dilema.

Ailton — Na verdade ele adotou o lema do Romero Jucá: Matar se preciso for, morrer nunca. Esse é o lema do grande cowboy Romero Jucá, ex-presidente da Funai, atual governador de Roraima, que assegura a presença de 45 mil garimpeiros em território indígena. Ele impregnou a Funai desse sentimento. Infelizmente, não é o indigenista Meireles que está impregnando esse novo modelo na Funai. Ele é um simples funcionário que está numa área distante no Acre, provavelmente sem apoio logístico. Deve estar tão inseguro quanto os arredios. Quem já participou desse tipo de trabalho sabe que é o mesmo que encontrar uma onça na floresta: um teme o outro. Nós vamos tratar disso durante a Assembléia Indígena que se inicia no dia 3 de abril. Para esses arredios a história deles, quando eles começaram a crescer, vão se referir inicialmente ao ano de 1983 quando o caraíba Meireles chegou dando tiros e descobriu o Brasil. Aí começa o Brasil e a contagem regressiva e de resistência deles. Por isso essa região é bonita, porque é um pedaço do planeta que guarda a herança da criação do mundo. Os cristãos tem o mito do jardim do Éden. O nosso povo tem é uma realidade, onde o primeiro homem criado por Deus continua livre. Queremos impregnar a humanidade da memória da criação do mundo.

**Gazeta** — Primeiramente, é interessante explicar como surgiu a necessidade de se estabelecer a aliança dos povos da floresta, composta basicamente por índios e seringueiros.

Ailton — Ela tem uma história que eu acredito de pelo menos um século. As comunidades indígenas, especialmente dessa região na Amazônia, sofreram uma violenta expulsão de suas terras foram utilizadas como mão-de-obra pelos patrões seringueiros. Os seringueiros foram inimigos dos índios sem conhecer o pensamento do povo indígena. O grande surto de desenvolvimento com a ocupação da região significou, inicialmente, a invasão das áreas indígenas.

**Gazeta** — Esse processo se estendeu até a década de 70...

Ailton — Sim, a partir daí, com o reconhecimento governamental dessas populações e do direito deles em ter suas áreas demarcadas, os seringueiros já não significavam mais uma ameaça. Índios e seringueiros tem necessidades que não vem sendo supridas pela política governamental.

**Gazeta** — E na aliança, como se vai compatibilizar essas necessidades diante das peculiaridades dos índios e seringueiros?

Ailton — Essa preocupação é muito real para todos nós. Não estamos fazendo uma fusão de programas. As comunidades indígenas têm a sua produção, a sua economia, a sua autonomia e limites bastante determinados à cerca do conhecimento econômico. Os seringueiros estão ainda no processo de constituir as suas reservas extrativistas. Existe ainda um ensaio de reconhecimento dessas reservas

que não está consolidado.

**Gazeta** — Na prática, como os índios podem contribuir para consolidar o conceito teórico e prático de reservas extrativistas?

Ailton — Acredito que essa contribuição vem sendo aplicada. Quando o extinto Mirad iniciou os primeiros estudos técnicos para analisar a viabilidade das reservas extrativistas, do ponto de vista jurídico, se inspirou no Estatuto do Índio, e na Constituição brasileira, que trata do direito do usufruto que as comunidades indígenas tem sobre suas terras. Não se trata de propriedades, mas de bens da União. Os recursos existentes nessas áreas que são exclusivos dos índios.

**Gazeta** — O que você julga de inovador como forma de ocupação para a Amazônia a proposta das reservas extrativistas?

Ailton — A grande novidade é botar a história do Brasil de cabeça para baixo, a história de colonização da América. Você é povo da floresta, de uma tribo e aí um agente civilizador encontra a região, seja ele da igreja, de um partido político, do governo, de uma associação dos brancos. Aí ele vai lá e faz a descoberta dessa tribo, aquilo que fizeram com as tribos arredias. Feito o contato, começa a contagem regressiva e civilizatória da tribo. A cada dia, o povo passa a ser menos da selva, mais da zona rural e um dia da cidade. Então essa é uma história progressiva e supõem-se que, anos depois do contato, a tribo vai estar absolutamente integrada. Eles terão aprendido falar português, consumir roupa, gasolina, uma série de produtos que não produzem. Isso os obriga a migrar da terra ou a plicar um tipo